



## Congresso aprova crédito para cobrir empréstimo no exterior

Jefferson Ruy/Agência Senado



Eunício Oliveira conduz sessão do Congresso na qual foi votado crédito suplementar para pagar garantia dada pelo Brasil

Brasil foi fiador de créditos que financiaram obras de empresas brasileiras na Venezuela e em Moçambique. Governo alegou que não pagar a dívida poderia prejudicar a imagem do país

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto que abre crédito suplementar de R\$ 1,16 bilhão para o pagamento de dívidas da Venezuela e de Moçambique com o banco Credit Suisse e com o BNDES. O pagamento terá de ser feito até terça-feira.

Os empréstimos que financiaram serviços e obras de empreiteiras brasileiras

no exterior terão de ser pagos pelo Brasil porque tiveram seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação, do Ministério da Fazenda.

O governo alegou que não pagar a dívida prejudica a imagem do Brasil no mercado internacional. De acordo com o Executivo, o pagamento será viabilizado com a anulação de outras dotações orçamentárias. **3**

### Jovem Senador terá redação sobre 30 anos da Constituição

As escolas públicas de ensino médio de todo o país já começaram a receber o material para participar do Projeto Jovem Senador

2018. São 20 mil kits. Por concurso de redação, serão selecionados 27 estudantes para vivenciar o trabalho dos senadores. **4**

Eduardo Leão/Senado Federal — 17/4/2018



Material para participar está sendo enviado a 19.779 escolas públicas



Divulgação/Município de Poinet

Terão isenção da taxa de inscrição doador de medula e pessoas com renda familiar de até meio salário mínimo per capita

### Publicada lei que dá isenção em taxa de concurso

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* lei que isenta de taxa de inscrição em concursos doadores de medula e pessoas com renda familiar de até meio salário mínimo per capita. A lei tem origem em projeto de lei do Senado.

A regra se aplica aos concursos lançados a partir de agora, e os editais deverão informar as condições de isenção. Concursos públicos em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta dos três Poderes da União estão sujeitos às novas regras. **2**

Wolhemir Barreto/Agência Senado



Ao microfone, Rodrigues Palma toma posse, acompanhado de José Medeiros (E), Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias (D)

### Rodrigues Palma toma posse por Mato Grosso

O senador por Mato Grosso Rodrigues Palma tomou posse ontem, em Plenário. Ele substitui Cidinho Santos, que pediu licença do mandato. Rodrigues Palma é o segundo suplente do senador Blairo Maggi, afastado do mandato por ter assumido em 2016 o

Ministério da Agricultura. A chapa foi eleita em 2010. O mandato termina em 2019.

Palma é advogado e professor, foi prefeito de Cuiabá, deputado estadual, deputado constituinte e deputado federal por dois mandatos nos anos 1990. **3**

### Comissão pode votar proibição de teste de cosmético em animal

Está pronto para a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos o parecer ao projeto que proíbe testes de cosméticos em animais. De

Gleisi Hoffmann, o parecer é favorável ao projeto de lei da Câmara, que já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. **4**



Agência de Notícias de Direitos Animais

Cão da raça beagle utilizado em testes laboratoriais de produtos cosméticos

# Pessoas carentes não vão pagar taxa para concurso

Lei que teve origem em projeto do Senado prevê isenção do pagamento da inscrição de provas para quem tiver renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa ou for doador de medula óssea

**DOADORES DE MEDULA** e pessoas com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa terão direito a isenção do pagamento de taxa de inscrição de concurso público. É o que determina a Lei 13.656, de 2018, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A regra se aplica aos editais publicados a partir de agora. A lei tem origem em projeto de lei do Senado (PLS 295/2007).

A isenção vale para concursos públicos em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta dos três poderes da União. São isentos candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do governo federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário mínimo. Também terão direito os doadores de medula óssea em organizações reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

O edital do concurso deverá informar sobre as condições de isenção. O cumprimento dos requisitos terá que ser



Candidatos com renda familiar de até meio salário mínimo ficarão isentos

comprovado pelo candidato no momento da inscrição, nos termos do edital.

O candidato que apresentar informação falsa para obter a isenção poderá ter a inscrição cancelada e ser excluído do concurso. Caso a infração seja descoberta depois da aprovação, o candidato poderá ter a nomeação anulada.

O projeto foi apresentado pela então senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e foi aprovado de forma terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2008.

O texto original estabelecia a isenção das taxas de concursos para aqueles que tivessem renda familiar abaixo de meio salário mínimo.

Na Câmara, após uma longa tramitação, o texto foi aprovado com mudanças em 2015, ampliando a isenção para os desempregados e os doadores de medula óssea.

Ao retornar ao Senado, a CCJ aprovou em março quase todas as modificações incluídas no texto pelos deputados, mas retirou a isenção para os desempregados.

## Amorim considera decadente a política educacional de Sergipe

Sergipe é o pior estado do país no ranking de leitura, sendo que mais de 260 mil pessoas são analfabetas, afirmou Eduardo Amorim (PSDB-SE). O senador considerou decadente a educação de Sergipe nos últimos dez anos.

Segundo Amorim, uma política equivocada promoveu a desmotivação de quem queria se capacitar, foi adotado um modelo excludente de educação integral no ensino médio e a redução do número de matriculados na rede estadual gerou a redução de repasse de valores do Fundeb.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Raupp comemora sanção de lei em favor de microempresas

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a importância, para as pequenas e microempresas, da Lei Complementar 162, de 2018, que facilita o parcelamento de débitos tributários vencidos até novembro de 2017.

— O apoio às micro e pequenas empresas é uma estratégia acertada, porque permite a recuperação de bons níveis de emprego e a retomada da prosperidade econômica — disse.

Raupp destacou que as pequenas empresas geram 52% dos postos de trabalho no setor privado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Requião acusa Richa de concorrer às eleições para recuperar foro

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o afastamento de Beto Richa do governo do Paraná para concorrer às eleições deste ano tem como único objetivo recuperar o foro privilegiado. De acordo com o senador, Richa divulgou falsas realizações para melhorar sua baixa popularidade.

— Os tempos trevosos lá no meu Paraná e aqui no meu país serão iluminados pela Justiça, pela brasilidade, pela soberania nacional, pela honradez, pelo amor ao povo, pela ação administrativa competente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Tribuna não pode ser usada para difusão de mentiras, diz Medeiros

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que nunca usou a tribuna do Senado para atacar adversários, mas sim para fazer um debate à altura e em favor do público que assiste à TV Senado e acompanha as notícias da Agência Senado. Segundo ele, muitos brasileiros acompanham as ações dos senadores por meio dos veículos de comunicação da Casa e é preciso evitar que parlamentares mal-intencionados difundam inverdades aos cidadãos.

— Muita gente se aproveita do alcance desses microfones pra tentar criar uma realidade alternativa, uma realidade virtual, como se o Brasil não estivesse vendo o que acontece.

## Rose de Freitas destaca construção de terminal no Espírito Santo

Rose de Freitas (PMDB-ES) aplaudiu o anúncio da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) de que construirá um terminal de granéis líquidos em Vila Velha para dar fim à crise de abastecimento de combustível no estado. A senadora disse que o desabastecimento prejudica a população e o setor produtivo e gera prejuízos financeiros a toda a sociedade.

— A Codesa está adotando medidas urgentes para evitar que problemas técnicos e operacionais de abastecimento voltem a ocorrer no estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Flexa Ribeiro elogia prorrogação até 2022 do Luz para Todos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu ao governo federal por atender a sua reivindicação de prorrogar o programa Luz para Todos, que terminaria em dezembro deste ano e agora seguirá até 2022. O senador disse que, embora o Pará seja um estado produtor de energia, muitas famílias não têm acesso à luz elétrica.

— Muitas dessas famílias, que vivem praticamente no escuro, veem os linhões passarem por cima de suas cabeças. E o impressionante é que o linhão, quando passa, as famílias que estão embaixo ouvem o zumbido da energia sendo transmitida e elas não têm essa energia para usufruir.

## Regina Sousa diz que exageros da PF levaram Cancellier ao suicídio

Regina Sousa (PT-PI) leu trechos de reportagem da revista *Veja* sobre o suicídio do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Luiz Carlos Cancellier. Segundo a reportagem, disse, o relatório da Polícia Federal sobre supostas irregularidades cometidas por Cancellier é cheio de insinuações e escasso em provas.

— A gente precisa tomar cuidado com essas coisas, porque está virando moda neste país prender, arrebentar para depois descobrir que não é bem aquilo.



Roque de Sá/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CAS Técnicos em enfermagem

10h Audiência interativa para debater a regulamentação de auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em cooperativas e *home care*.

#### PLENÁRIO Discursos

11h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

#### CSF Energia elétrica

17h Audiência sobre eficiência energética.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Crédito suplementar vai cobrir empréstimos

O Congresso aprovou verba suplementar de R\$ 1,16 bilhão para cobrir garantia dada pelo Brasil a dívidas da Venezuela e de Moçambique. Pagamento tem que ser feito até terça

FOI APROVADO ONTEM pelo Congresso Nacional o projeto que abre crédito suplementar de R\$ 1,16 bilhão no Orçamento da União. De acordo com o governo, o projeto (PLN 8/2018) permitirá ao Brasil pagar dívidas da Venezuela e de Moçambique com o banco Credit Suisse e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foram avalizadas pelo governo brasileiro. O pagamento terá de ser feito até terça-feira e, segundo o presidente Michel Temer, é indispensável.

Os empréstimos que financiaram serviços e obras de empreiteiras brasileiras no exterior terão de ser pagos pelo Tesouro Nacional porque as operações tiveram seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao Ministério da Fazenda. Representantes do governo alegam que não pagar a dívida prejudicaria a imagem do Brasil no mercado internacional.

De acordo com o relator do projeto, deputado André Moura (PSC-SE), o não pagamento também poderia ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Senadores ligados ao governo criticaram o fato de os empréstimos não pagos terem sido feitos durante governos do PT e cobraram um posicionamento dos senadores petistas, agora na oposição. Muitos governistas se disseram contra a concessão dos empréstimos, mas defenderam o pagamento da dívida para que a imagem do Brasil não fique manchada. Já o PT tentou, sem sucesso, adiar a votação.

— É importante que todos



Roque de Sá/Agência Senado

Em sessão conjunta, senadores e deputados aprovam projeto que abre crédito suplementar no valor de R\$ 1,16 bi

nós que somos da base do governo tenhamos consciência de que precisamos votar, porque se o nosso país não se comprometer em cumprir com as suas obrigações, vai ficar inadimplente no mercado internacional — disse o deputado Beto Mansur (PMDB-SP).

Ele classificou como “falta de patriotismo” votar contra o texto.

Para o senador José Medeiros (Pode-MT), o Congresso está tendo que reparar um erro cometido pelo governo passado:

— Os integrantes do PT estão calados sobre o projeto porque sabem que têm culpa no cartório.

## Viabilização

De acordo com o Executivo, a abertura do crédito será viabilizada com a anulação de outras dotações orçamentárias, como recursos próprios e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na rubrica Seguro Desemprego.

O deputado Rocha (PSDB-

-AC) registrou seu voto contrário ao projeto e disse que a aprovação do crédito seria um “aval aos calotes” de Moçambique e da Venezuela.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), deputados que dizem defender os trabalhadores se calam agora, quando são tirados recursos que seriam destinados ao FAT.

— Enquanto a oposição que fez essa barbaridade com o dinheiro do povo brasileiro não vier aqui registrar a presença e votar, eu não vou colocar a minha digital. Que a oposição venha e diga para que é esse dinheiro que está sendo tirado do Fundo de Amparo ao Trabalhador — cobrou.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) classificou como crime o fato de o governo ter divulgado dados sobre os empréstimos, que, na sua visão, são sigilosos. Tanto ele quanto o também deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) disseram que a decisão de tirar recursos dos trabalhadores para cobrir o empréstimo não foi do PT,

mas do atual governo.

— O governo Temer quer tirar dinheiro do FAT porque odeia trabalhador. É um governo da mentira. Fala do deficit da Previdência e tira dinheiro do FAT, que deveria sustentar a seguridade social — argumentou Orlando Silva.

## Quorum

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) sugeriu que, em vez de cobrar o voto dos deputados do PT, os deputados deveriam cobrar o quorum dos próprios governistas, já que muitos não compareceram à votação.

Para o deputado Ivan Valente (Psol-SP), apesar de o Fundo de Garantia à Exportação ter crédito suficiente para cobrir a dívida, não é possível usar esses recursos agora por culpa dos próprios governistas. Foram eles os responsáveis, explicou, pela aprovação da proposta transformada na Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos.

Após a votação, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, convocou nova sessão do Congresso para terça-feira, às 15h. Na pauta, dois projetos de lei e um de resolução.

## Intervenção

Um dos projetos de lei do Congresso (PLN 6/2018) modifica a Lei Orçamentária Anual (LOA) e prevê a criação de 231 cargos e funções. Do total, 67 referem-se à composição do gabinete da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Os 164 restantes são cargos em comissão destinados a atividades de direção e assessoramento na área de segurança pública e ao atendimento de outras demandas prioritárias do Executivo federal.

Como forma de complementar o projeto que prevê a criação dos novos 231 cargos e funções na LOA, o governo enviou outro projeto (PLN 7/2018) com ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Essa proposta também está na pauta de terça do Congresso.

Senadores e deputados devem votar ainda um projeto de resolução do Congresso. O PRN 3/2017 institui a Jornada Nacional de Controle Externo, a ser realizada a cada dois anos para promover o debate e a uniformização de entendimentos e jurisprudência sobre propostas relacionadas ao controle externo da administração pública. O projeto é do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Eunício convocou ainda sessão do Senado para hoje, às 11h. Não haverá votações, apenas debates no Plenário.

Com Agência Brasil

## Toma posse Rodrigues Palma, segundo suplente de Blairo

Tomou posse ontem o senador Rodrigues Palma (PR-MT). Ele substitui Cidinho Santos (PR-MT), que pediu licença do mandato. Rodrigues Palma é o segundo suplente do senador Blairo Maggi (PR-MT), afastado do mandato por ter assumido em 2016 o Ministério da Agricultura. A chapa foi eleita em 2010 e Blairo foi empossado

no início do ano seguinte. O mandato termina em 2019.

Nascido em Cuiabá, capital de Mato Grosso, Rodrigues Palma é também advogado e professor. Foi prefeito de Cuiabá (1975–1979), deputado estadual (1982–1986), deputado federal constituinte eleito em 1986 e deputado federal por dois mandatos nos anos 1990.

## Novo senador faz retrospectiva da carreira política

Em seu primeiro pronunciamento no Plenário do Senado, Rodrigues Palma (PR-MT) fez um retrospecto de sua carreira política e disse esperar que, na Casa, possa contribuir para a recuperação econômica e para que a população de seu estado tenha melhores serviços públicos.

— Que a população se beneficie! Que a população possa ter melhor condição de educação! Que a população possa ter melhor segurança pública! Que a população possa ter mais saúde!

## Wellington Fagundes destaca trajetória de senador empossado

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou a trajetória política de Rodrigues Palma. Para Wellington, o novo senador, devido a sua experiência, honra o Mato Grosso e dará boa contribuição para o país. Como prefeito, Palma pavimentou 90% das ruas de Cuiabá, disse Wellington.

— Ele é considerado até hoje um dos melhores prefeitos que a cidade já teve, principalmente na execução de obras e no planejamento.

## Cristovam lamenta tragédia em SP e critica elites

Cristovam Buarque (PPS-DF) lamentou o incêndio e o desabamento de edifício em São Paulo e criticou a “irresponsabilidade das elites dirigentes”, que fecham os olhos diante desse tipo de tragédia. O senador disse que escolhas erradas são feitas há décadas, como não atender necessidades básicas da população — entre elas, de moradia.

— Há uma maldade na maneira como não dividimos a renda nacional. E o aumento da renda e a divisão da renda, os dois problemas passam pela educação de qualidade para todos os brasileiros.



Roque de Sá/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

José Medeiros, Palma, Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias na posse

# Escolas recebem kit do Projeto Jovem Senador

Material para participação no concurso de redação com o tema “A Constituição Cidadã 30 anos depois” começa a ser distribuído para a rede pública de ensino médio em todo o país

AS 19.779 ESCOLAS públicas de ensino médio das redes estaduais e do Distrito Federal começaram a receber, nesta semana, o material para participação no Projeto Jovem Senador 2018. Ao todo, serão distribuídos 20 mil kits, que devem alcançar pelo menos 200 mil estudantes. O projeto seleciona anualmente, por meio de concurso de redação, 27 estudantes para vivenciarem o trabalho dos senadores em Brasília.

O concurso deste ano tem como tema “A Constituição Cidadã 30 anos depois”. Após tomarem “posse” como jovens senadores, os estudantes selecionados participam de comissões e apresentam, discutem e votam propostas (sugestões legislativas) que posteriormente poderão ser transformadas em projetos de lei, se acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Ao convidar docentes e alunos de ensino médio de todo o país a participarem da iniciativa, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou o papel da educação como fator fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade com mais justiça social.

— Entre os direitos consa-



Eduardo Leão/Senado Federal — 17/4/2018

Senado prepara 20 mil kits com material de participação que devem alcançar pelo menos 200 mil estudantes

grados na Constituição, está a educação. Por esse motivo, a Constituição Cidadã 30 anos depois é o tema do Jovem Senador deste ano. Desde que foi criado, o projeto já mobilizou mais de 1 milhão de alunos e 32 mil professores e contabilizou mais de 503 mil redações — afirmou o presidente da Casa.

## Organização

O projeto é parte do Programa Senado Jovem, da Secretaria de Relações Públicas, unidade vinculada à Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado,

da Secretaria-Geral da Mesa e das Consultorias Legislativa e de Orçamento, com apoio da Diretoria-Geral.

A iniciativa também conta com o apoio de 54 coordenadores nos estados e no Distrito Federal, que auxiliam na divulgação do concurso e realizam a interface entre as secretarias de Educação, as unidades escolares e a equipe organizadora do projeto em Brasília.

O coordenador de Gestão de Eventos do Senado, Herivelto Ferreira, afirma que a expectativa da equipe organizadora do projeto é que o número de

redações participantes continue aumentando, seguindo a tendência de crescimento de engajamento de escolas, professores e alunos dos últimos anos. Segundo Herivelto, o contexto do aniversário da Constituição possibilita várias abordagens, o que pode contribuir para as discussões e trabalho em sala de aula.

— A participação dos estudantes é importante para que, nestes 30 anos de redemocratização, haja um momento para reflexão, tanto histórica, buscando a memória daquele momento, passando pelo processo de adequação da

Constituição, até as perspectivas — disse o coordenador.

Os kits, que estão sendo enviados pela Secretaria de Relações Públicas, contêm o regulamento do projeto, ficha de inscrição, folha de redação, folheto de divulgação, cartaz e carta do presidente do Senado. As escolas que por algum motivo não receberem o material poderão baixá-lo na página do Jovem Senador (veja abaixo).

## Participação

Para participar do concurso, o estudante deve ter no máximo 19 anos, estar regularmente matriculado em uma escola pública estadual ou do Distrito Federal no ensino médio e escrever uma redação de 20 a 30 linhas sobre o tema descrito. A programação completa está disponível no site do Jovem Senador. Neste ano, as inscrições encerram-se em 17 de agosto.

### Programação

▪ <http://bit.ly/calendarioJS2018>

### Site

▪ <http://senado.leg.br/jovemsenador>

### Dúvidas e sugestões

▪ [jovemsenador@senado.leg.br](mailto:jovemsenador@senado.leg.br)

▪ Alô Senado: 0800 612211

(ligação gratuita de todo o país, de segunda a sexta, das 8h às 19h)

## Projeto que proíbe uso de animal em teste de cosmético está pronto para pauta

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) entregou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) seu relatório sobre o projeto que proíbe uso de animais em pesquisas e testes para produção de cosméticos. Com isso, o PLC 70/2014 está pronto para entrar na pauta do colegiado. A tarefa de definir quais as propostas serão votadas é do

presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-SP).

O texto proíbe teste de ingredientes e de produtos cosméticos em animais, veda comércio de produtos que tenham sido testados e incentiva técnicas alternativas para avaliar segurança das fórmulas.

Os testes em animais só serão permitidos pela autori-

dade sanitária em situações excepcionais, em que houver “graves preocupações em relação à segurança de um ingrediente cosmético”. Para isso, é necessário que o ingrediente seja amplamente usado no mercado, não possa ser substituído e inexistam métodos alternativos de teste.

Conforme a relatora, 37

países já aprovaram leis proibindo ou limitando testes em animais para cosméticos, incluindo os 28 países-membros da União Europeia.

Do deputado Ricardo Izar (PP-SP), a proposta tramita em conjunto com o PLS 438/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014, de Alvaro Dias (Pode-PR). Os três projetos

buscam impedir a utilização de animais em testes cosméticos, mas a relatora optou pela proposta da Câmara por ser mais detalhada.

O PLC 70/2014 já passou pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que aprovou o relatório de Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

## Gleisi critica Lava Jato e se defende de acusação da Procuradoria

Gleisi Hoffmann (PT-PR) acusou *O Estado de S. Paulo*, que publicou editorial com críticas à Lava Jato, de parcialidade, por combater o PT.

Ela protestou contra nova denúncia da Procuradoria-Geral da República baseada nas delações de executivos da Odebrecht em desfavor dela, de Lula e dos ex-ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo, marido da senadora.

— Trata-se de uma mentira grosseira e acaba por dizer muito dessa denúncia, [mostrando] sua fragilidade e inépcia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Lindbergh: ex-presidente foi líder mundial brasileiro

Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou ontem o ex-presidente Lula como “pessoa muito especial para o Brasil e para o mundo” e “o único líder mundial que o país já produziu”.

Segundo o senador, Lula está encarcerado nas “masmorras” da “injustiça” brasileira, mas as ideias que o ex-presidente representa não podem ser contidas por grades e paredes.

— Lula, os ideais que você plantou no Brasil, neste Brasil tão sofrido e desigual, viraram as sementes dos sonhos coletivos do povo brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Vanessa destaca ato em apoio a Lula no Dia do Trabalhador

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou a manifestação do Dia do Trabalhador que uniu as centrais sindicais em solidariedade a Lula. Ela compareceu ao ato em Curitiba.

— Não foi só o primeiro operário presidente, mas foi o primeiro presidente, depois de muito tempo, a valorizar operários, a lhes garantir direitos que estão sendo retirados por um governo ilegítimo.

A senadora criticou também a reforma trabalhista, que, disse, não resultou em aumento dos postos de trabalho.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Valadares denuncia abuso do poder econômico nas eleições

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que, apesar da lei que criou o fundo eleitoral para financiar os gastos nas eleições deste ano, muitos candidatos, mesmo antes do período legal de campanha eleitoral, estejam usando dinheiro de outras fontes para promover suas candidaturas.

— A campanha propriamente dita vai começar no dia 15 de agosto, mas já se fala de recursos ponderáveis que estão sendo gastos neste período que antecipa as eleições, de forma irregular.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ana Amélia defende fim do foro privilegiado para crime comum

O fim do foro privilegiado para crimes comuns foi defendido por Ana Amélia (PP-RS). Antes da retomada do julgamento do STF sobre uma ação que limita o foro a crimes cometidos durante mandatos, ela citou pesquisa do Ibope em que 78% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis ao fim do foro.

— Talvez isso dê argumento e seja verdadeira crença da população de que é preciso, sim, excluir e eliminar o foro privilegiado como prerrogativa que assegura a impunidade de quem comete delitos.



Waldemir Barreto/Agência Senado